



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

OFICINA: PROPOSITURAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Ana Aline Vieira Alves¹
Carlos Henrique Brito Rodrigues²
Daniel Chaves Ferreira³
Antonia Karla Bezerra Gomes⁴

INTRODUÇÃO

A oficina proposituras para uma educação antirracista se forma a partir da necessidade de projetos que abordem a questão étnico-racial dentro da escola, projetos que envolvem diferentes temáticas como a literatura, o podcast, a música e os jogos educativos. O objetivo da oficina é propor esses projetos para alunos do ensino superior e professores, fazendo um apanhado histórico sobre as ações afirmativas no Brasil, as formas como o racismo opera na sociedade e como a Lei 10.639/2003 em seus 20 anos foi uma das principais ações para construir uma educação antirracista.

A metodologia abordada durante a aplicação da oficina Proposituras Para Uma Educação Antirracista se deu em forma de; um levantamento histórico sobre as ações afirmativas no Brasil, levando em consideração seu contexto político, um levantamento sobre as formas como o racismo opera no país, e um levantamento sobre como a Lei 10.639/2003 é uma das principais formas de ações afirmativas no Brasil.

A oficina ocorreu de forma que de início foi discutido sobre o levantamento teórico elaborado pelos facilitadores, e após foi apresentado os projetos desenvolvidos por cada facilitador. No fim da oficina foi disponibilizado aos presentes o caderno contendo o levantamento teórico e os projetos apresentados, bem como dicas sobre sites, livros e os agradecimentos da equipe. Ao fim da oficina, percebe-se que os presentes ficaram satisfeitos com o que foi apresentado, as colaborações se deram de forma contínua, o que explicita que os presentes conseguiram absorver o que a oficina estava propondo.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Ceará Campus Crateús, ana.vieira.alves05@aluno.ifce.edu.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Ceará Campus Crateús, carlos.henrique.brito61@aluno.ifce.edu.br;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Ceará Campus Crateús, daniel.chaves.ferreira06@aluno.ifce.edu.br;

⁴ Professora de Fundamentos da Educação e Mestra em Avaliação de Políticas Públicas, karla.gomes@ifce.edu.br



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

A introdução deverá conter resumo teórico sobre o tema, apresentação da pesquisa, justificativa implícita, objetivos, síntese metodológica e resumo das discussões e resultados da pesquisa, além de apresentar uma síntese conclusiva acerca do trabalho desenvolvido.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para abordagem da contextualização teórica, foram elaboradas pesquisas bibliográficas acerca do contexto histórico e político das ações afirmativas no Brasil, bem como a importância das ações afirmativas tecendo reflexões de como o racismo opera no país, ainda pensando como a Lei 10.639/2003 é um referencial no que diz respeito às ações afirmativas em seus 20 anos de aplicação.

Para compreender como as ações afirmativas ganharam cenário na sociedade brasileira, devemos fazer primeiro um apanhado histórico, levando em consideração as formas como a sociedade brasileira se estrutura e como alguns grupos populacionais foram historicamente precarizados e discriminados. Para definição, as ações afirmativas são; “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo” (FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., e VENTURINI, A.C).

Após a abolição, o Brasil viveu um processo onde se negava a existência de discriminação com a população negra do país. Tal processo, tratado por pensadores, dentre eles Gilberto Freyre na década de 1930, traz o discurso a brasileira da existência de uma democracia racial, onde condenava a população não branca a um futuro sombrio. Dentre os anos de 1945 a 1964, esse discurso perdurou na sociedade, atravessado por vezes por intervenções, dentre elas, do Movimento Negro brasileiro, que incluiu em suas demandas a luta por ações afirmativas. Após o período de ditadura e com a nova constituição federal, o país passa por uma expansão nos direitos sociais e abre espaço para a discussão em torno das ações afirmativas. As políticas de ações afirmativas no Brasil ganham maior força no início do século XXI, quando o mito da democracia racial perde força, e os governos, por pressão de movimentos sociais ou por iniciativas próprias passam a tratar as discriminações raciais no país com maior relevância.

Partindo desse pressuposto, entende-se que o racismo sempre esteve presente na sociedade brasileira, e que o mito da democracia racial foi mais um obstáculo posto para impedir que houvesse qualquer forma de igualdade racial no país. No Brasil, está concentrada a maior taxa de população negra fora da África, população essa que é a que mais sofre violência policial e que vivem em situação de extrema pobreza.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

É nesse cenário que se faz necessário, a implementação de ações afirmativas como a Lei 10.639/2003. A partir da década de 70 houve uma efervescência do debate racial frente a educação que culminaram em acontecimentos que passaram a exigir do estado políticas de democratização da educação. Todo esse aumento dos estudos e debates sobre educação e questões étnico raciais foram base para o embrião da lei 10.639/03, logo arquivada por questões políticas e burocráticas. A lei foi aprovada em 1999 e promulgada em janeiro de 2003, culminando também na criação de uma secretaria voltada para a questão étnico racial, a Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de, uma medida do possível, corrigir os cruéis efeitos da escravidão, discriminação e racismo no Brasil, tendo implicações diretas na educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, as questões acerca das políticas de ações afirmativas ganharam cenário tardio devido à resistência da população não negra em se debater o assunto. O mito da democracia racial foi e é um dos principais meios de resistência a implementação dessas políticas, vindo a perder força após as reivindicações e lutas por parte dos movimentos negros no país. De forma tardia, mas necessária, as políticas de ações afirmativas vão ganhando cenário, implicando em melhores condições de moradias, educação e saúde para a população precarizada. A Lei 10.639/2003, tendo em vista o cenário no qual se formulou, é uma das principais formas de ações afirmativas, ao levar para dentro da escola, na educação básica, o debate acerca das especificidades, da memória, e da luta dos povos negros no Brasil.

Foi pensando na aplicação da Lei 10.639/2003, que dentro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação e Cultura, na Linha de Pesquisa, Relações étnico-raciais, Gênero e Políticas Educacionais, desenvolveram a Oficina: Proposituras para uma educação antirracista, onde quatro proposituras, nas temáticas de Literatura, Podcast, Jogos e Músicas foram apresentadas para público Interno e externo do IFCE Campus Crateús, cada autor, trouxe sua propositura, onde na literatura; foi proposto que autoras e autores, negros e indígenas fossem trabalhados em sala de aula, como Milton Santos, geógrafo brasileiro, Conceição Evaristo, escritora, de tal forma que fosse apresentado tanto os autores como suas obras aos estudantes; no podcast, foi proposto que os alunos, mediante orientações, buscassem elaborar podcast com personalidades importantes do bairro onde moram, do entorno da escola, de forma que essas figuras fossem valorizadas; ainda nos jogos, foi apresentado o jogo driblando o racismo 7x7, onde os jogadores podem jogar com seus amigos e compartilhar as formas como o racismo está presente em suas vidas, sendo uma forma de em grupo, poderem discutir o assunto; por último, com a música, foi proposto que dentro das



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

escolas fosse trabalhado o currículo musical, onde os alunos podem trazer músicas para a sala de aula, do estilo RAP, que dialoga com questões sobre o racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina teve em seus resultados a grande procura para que volte a acontecer novamente, dentro das escolas, abrangendo não só alunos de educação superior em suas licenciaturas, mas também alunos de nível médio e professores, o que deixa evidente a importância da temática. O tema no entanto não se esgota, e a oficina, proposta dentro do grupo de estudos é uma ação para valorização e debate acerca de uma educação antirracista.

É necessário que tais ações venham a ser repetidas, não apenas na educação superior, mas também nas redes de ensino básico, na formação continuada de professores, que a oficina seja exemplo de ações positivas para a construção de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; oficina; ações afirmativas; Lei 10.639/2003.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. O rap, a revolução e a educação – do Bronx à Primavera Árabe. Ide. Pepsic. [online]. vol.36 no. 56. São Paulo jun. 2013.

ARRUDA, Daniel P. Cultura Hip-Hop e Serviço Social: a arte como superação da invisibilidade social da juventude periférica. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BENTES, A.C.; FERNANDES, F. “A poesia oral nas bordas do mundo: identidades em movimento nos videocliques brasileiros de rap”. In: LEITE, E. F.; FERNANDES, F. Oralidade e Literatura 3: outras veredas da voz. Londrina: Eduel, 2007, p. 121-138.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. Prefácio Conceição Evaristo, Apresentação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CASTILHO, A. T. de. A língua falada no ensino de português. São Paulo: Contexto, 2000.

FARIAS, Patrícia Silveira de, e Márcia Leitão Pinheiro, editores. Novos estudos em relações étnico-raciais: sociabilidades e políticas públicas. Contra Capa, 2014.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., e VENTURINI, A.C. História da ação afirmativa no Brasil. In: Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 65-89. Sociedade e política. ISBN: 978-65-99.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, 1984, p. 223-244.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

MOURA, C. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Anita, 1994.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural: apontamentos para uma discussão conceitual.
MONICA, [S. l.], mar. 2001. Disponível em: . Acesso em 23 jun. 2018.

PIOVESAN, Flávia. “AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS.” Estudos Feministas, 2008, pp. 887-896.9.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019